

Mauro Campbell Marques | Eduardo Arruda Alvim
Guilherme Pimenta da Veiga Neves | Fabiano Tesolin

Recurso Especial

Prefácio
Nelson Nery Junior

2ª Edição
revista, atualizada e ampliada

De acordo com:

- Art. 105, §§ 2º e 3º, da CF (FILTRO DA RELEVÂNCIA – Emenda Constitucional 125/2022), *com apontamentos sobre o Anteprojeto de Regulamentação enviado pelo STJ ao Senado*
- Lei 14.365/2022 e Emenda Regimental/RISTJ 41/2022 (*sustentação oral em agravo interno e nas sessões virtuais do STJ*)
- Recomendação/CNJ 134/2022 (*tratamento dos precedentes pelos tribunais brasileiros*)

Editora Direito Contemporâneo

Sócios fundadores Rafael Arruda Alvim Pinto, Felipe Toledo Moreira, Teresa Arruda Alvim
Diretor Comercial Rafael Arruda Alvim Pinto
Diretor de conteúdo Felipe Toledo Moreira
Editora Cristiane Faria
Produção gráfica Microart Design Editorial
Impressão e encadernação Edições Loyola

Revisor André de Azevedo Machado

© desta edição [2023]

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais). O autor goza da mais ampla liberdade de opinião e de crítica, cabendo-lhe a responsabilidade das ideias e dos conceitos emitidos em seu trabalho.

Data de fechamento da edição: 31.08.2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Recurso especial : de acordo com os parágrafos 2.º e 3.º do art. 105 da CF / Mauro Campbell Marques, Eduardo Arruda Alvim, Guilherme Pimenta da Veiga Neves, Fabiano Tesolin. – 2. ed. – Curitiba, PR : Editora Direito Contemporâneo, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-85269-04-9

1. Direito – Brasil 2. Direito processual civil 3. Recursos (Direito) – Jurisprudência Brasil 4. Recursos (Direito) – Leis e legislação Brasil I. Marques, Mauro Campbell. II. Alvim, Eduardo Arruda. III. Neves, Guilherme Pimenta da Veiga. IV. Tesolin, Fabiano.

23-169947

CDU-347.9:331(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Recursos : Direito civil 347.9:331(81)

Tábata Alves da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9253

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO – 1.ª EDIÇÃO	13
APRESENTAÇÃO – 2.ª EDIÇÃO	19
SOBRE OS AUTORES	21

O RECURSO ESPECIAL NO SISTEMA RECURSAL BRASILEIRO

CAPÍTULO 1 • ASPECTOS GERAIS E CONTEXTO PRINCIPOLÓGICO DO RECURSO ESPECIAL	35
1.1 Aspectos preambulares acerca do recurso especial no atual cenário do processo civil brasileiro.....	35
1.2 Conceito de recurso. Distinções e semelhanças em relação a institutos congêneres.....	38
1.3 O ato de recorrer como ônus.....	40
1.4 Os princípios fundamentais do processo civil de maior repercussão sobre o recurso especial	41
1.4.1 Princípio da inafastabilidade da jurisdição	41
1.4.2 Princípio da colegialidade	43
1.4.3 Princípio da taxatividade (“numerus clausus”)	44
1.4.4 Princípio da singularidade recursal (ou da unirrecorribilidade). Princípio da correspondência recursal.....	47
1.4.4.1 O sistema recursal inaugurado com a Constituição de 1988 e o princípio da singularidade recursal....	49
1.4.5 A instrumentalidade das formas e a primazia do julgamento do mérito como princípios norteadores do CPC.....	51
1.4.5.1 Contexto jurídico-doutrinário do princípio da primazia da decisão de mérito.....	51

1.4.5.2	Princípio da primazia do julgamento do mérito no âmbito do recurso especial	54
1.4.6	Princípio da fungibilidade recursal.....	55
1.4.6.1	Interposição no “menor” prazo e dúvida objetiva acerca do recurso cabível.....	57
1.4.6.2	Inexistência de erro grosseiro.....	61
1.4.7	Princípio da fundamentação das decisões judiciais e sua vinculação com o princípio da dialeticidade recursal ..	63
1.4.8	Princípio da duração razoável do processo	67
1.4.9	Princípio da proibição da reformatio in pejus.....	70
1.4.10	O (sobre)princípio da segurança jurídica no âmbito recursal..	72
CAPÍTULO 2 • CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS E OS MECANISMOS CONGÊNERES DE IMPUGNAÇÕES DAS DECISÕES JUDICIAIS.....		76
2.1	Classificação dos recursos	76
2.1.1	Recurso principal (independente) e recurso adesivo (subordinado). Conceituação e aspectos gerais.....	76
2.1.1.1	O regime do recurso adesivo e sua aplicação no âmbito do recurso especial ..	78
2.1.1.2	Quem pode interpor recurso adesivo. Legitimidade recursal	81
2.2	Recurso de fundamentação livre e de fundamentação vinculada.....	83
2.3	Recursos ordinários e extraordinários.....	84
2.4	Recurso parcial e recurso total.....	87
2.5	Sucedâneos recursais.....	87
2.5.1	Pedido de reconsideração.....	88
2.5.2	Ações autônomas de impugnação.....	90
2.6	Outros institutos	91
2.6.1	Incidente de resolução de demandas repetitivas	91
2.6.2	Arguição de inconstitucionalidade.....	94
2.6.3	Reclamação	96
2.6.4	Incidente de assunção de competência.....	98

CAPÍTULO 3 • O RECURSO ESPECIAL NO DIREITO PROCESSUAL CONTEMPORÂNEO	101
3.1 Justificativa do recurso especial em contexto histórico-constitucional	101
3.1.1 A criação do Superior Tribunal de Justiça e do recurso especial	102
3.1.2 O atual perfil constitucional do recurso especial	107
3.1.2.1 Evolução legislativa do recurso extraordinário no plano do direito constitucional desde a primeira Constituição republicana até os dias atuais	109
CAPÍTULO 4 • ASPECTOS DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL	115

1ª PARTE

4.1 Requisitos Gerais de Admissibilidade dos Recursos Cíveis.....	115
4.1.1 Panorama geral sobre o tema.....	115
4.1.2 O juízo de admissibilidade enquanto ato decisório atrelado às questões preliminares.....	117
4.1.3 Natureza da decisão de admissibilidade recursal e os seus efeitos na formação da coisa julgada	119
4.1.4 Requisitos de admissibilidade dos recursos em geral	122
4.1.4.1 Requisitos intrínsecos de admissibilidade dos recursos	124
4.1.4.1.1 Cabimento.....	124
4.1.4.1.2 Legitimação recursal	125
4.1.4.1.2.1 Legitimidade recursal quanto aos honorários advocatícios	128
4.1.4.1.2.2 Legitimidade recursal e as hipóteses de intervenção de terceiros.....	130
4.1.4.1.3 Interesse recursal	132
4.1.4.2 Requisitos extrínsecos de admissibilidade dos recursos	136
4.1.4.2.1 Tempestividade.....	136
4.1.4.2.2 Regularidade formal.....	142
4.1.4.2.3 Fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer.....	144
4.1.4.2.3.1 Desistência do recurso	144

4.1.4.2.3.2	Renúncia ao direito em que se funda a ação (ainda como fato impeditivo do poder de recorrer).....	148
4.1.4.2.3.3	Renúncia ao próprio direito de recorrer (fato extintivo do poder de recorrer)	149
4.1.4.2.3.4	Aquiescência à decisão enquanto fato extintivo do direito de recorrer	152
4.1.4.2.4	Preparo.....	153

2ª PARTE

4.2	A admissibilidade do recurso especial e dos requisitos que lhe são próprios	155
4.2.1	Jurisdição extraordinária e o recurso especial	155
4.2.2	O esgotamento das vias ordinárias, no conceito de causa decidida	158
4.2.3	Juízo de admissibilidade do recurso especial	162
4.2.4	As hipóteses de cabimento do recurso especial contidas no inciso II do artigo 105 da Constituição	165
4.2.4.1	Alínea “a” do inciso III, artigo 105, da CF/88.....	170
4.2.4.1.1	O cabimento do recurso especial diante da deficiência de fundamentação do acórdão recorrido. A violação do artigo 489, § 1º, incisos I a VI, do CPC.....	179
4.2.4.2	Alínea “b”, inciso III, artigo 105, da CF/88	181
4.2.4.3	Alínea “c”, inciso II I, artigo 105, da CF/88.....	184
4.2.4.3.1	A demonstração analítica da divergência jurisprudencial em sede de recurso especial. Artigo 1.029, § 1º, do CPC.....	187
4.2.5	O filtro da relevância na admissibilidade do recurso especial. Justificativa e contexto legal	190
4.2.5.1	Conceituação do termo “relevância” a partir da sua natureza jurídica e finalidade.....	194
4.2.5.2	O caráter presumido da relevância nas hipóteses do art. 105, § 3º, I a VI, da CF	197

4.2.5.3	A regulamentação do filtro da relevância quanto aos aspectos procedimentais e alcance das decisões correlatas	201
4.2.6	Legitimidade em sede de recurso especial	204
4.2.7	Interesse recursal e suas particularidades no âmbito do recurso especial.....	206
4.2.8	Requisitos extrínsecos de admissibilidade do recurso especial. Regularidade formal	208
4.2.8.1	Tempestividade do recurso especial, nos seus aspectos objetivos.....	210
4.2.8.2	Preparo, nas mitigações previstas no Código de Processo Civil.....	214
4.2.8.3	A fundamentação adequada como condição para admissibilidade do recurso especial. O espectro amplo da Súmula 284/STF	216
4.2.8.3.1	A deficiência na indicação dos dispositivos constitucionais embaixadores do recurso especial e dos preceitos de lei federal tidos por contrariados	219
4.2.8.3.2	A necessidade de impugnação de todos os fundamentos autônomos em que se baseou o acórdão objeto de recurso especial. Os <i>fundamentos suficientes</i> e as Súmulas 283/STF e 126/STJ.....	220
4.2.8.3.3	A deficiente fundamentação do recurso especial como aspecto formal insanável..	222
4.2.8.4	Vícios formais suscetíveis de serem superados (relevados ou sanados) no âmbito do recurso especial (art. 1.029, § 3º, CPC)	224
4.2.9	Prequestionamento	227
4.2.9.1	A acepção do termo “prequestionamento”	228
4.2.9.2	Breves considerações acerca da evolução constitucional do prequestionamento.....	235
4.2.9.3	O artigo 105, III, da Constituição Federal, e o prequestionamento.....	237
4.2.9.4	Prequestionamento explícito (numérico), implícito e ficto.....	241

4.2.9.5	Prequestionamento diante da persistência de omissão no acórdão recorrido. O recurso especial por violação do artigo 1.022, II, do CPC	247
4.2.9.6	Prequestionamento e matéria de ordem pública....	250
4.2.9.7	Prequestionamento e voto vencido	254
4.2.10	Implicações práticas da comutação e distinção dos juízos de admissibilidade e de mérito em sede de recurso especial.	256
4.2.11	Impossibilidade de reapreciação de matéria fática (Súmula 07 do STJ) e de mera revisão de cláusula contratual (Súmula 05 do STJ). Requalificação jurídica dos fatos.....	260
4.2.11.1	Prova legal e reavaliação da prova.....	265
4.2.11.2	Mitigação da impossibilidade de revisão de matéria fática em sede de recurso especial.....	267
4.2.11.3	Impossibilidade de revisão de cláusula contratual .	268
4.2.12	A inviabilidade de correção, pura e simples, de injustiças pela via do recurso especial	269
4.2.13	O problema das normas federais que contêm, em si mesmas, conceitos vagos	271

CAPÍTULO 5 • RECURSO ESPECIAL, PROCEDIMENTOS E EFEITOS	275
5.1 O processamento do recurso especial.....	275
5.1.1 Normas de regência. Considerações preambulares acerca do processamento do recurso especial.....	275
5.1.2 Procedimentos nos tribunais de origem.....	276
5.1.3 Procedimentos perante o Superior Tribunal de Justiça.....	279
5.1.3.1 Atuação do Ministro Presidente e de relator.....	279
5.1.3.2 Os poderes (ampliados) do relator na condução e julgamento do recurso especial (art. 932, CPC)	281
5.1.3.3 Julgamento colegiado do recurso especial.....	284
5.1.3.3.1 O artigo 939 do CPC e a superação das preliminares no julgamento colegiado do recurso especial	288
5.1.4 A litigância de má-fé e a sanção aplicável ao recurso especial protelatório	289
5.1.5 Os honorários advocatícios e o recurso especial	291

5.1.5.1	Alteração pelo STJ, em viés de excepcionalidade, dos honorários sucumbenciais quando excessivos ou ínfimos.....	291
5.1.5.2	A majoração dos honorários sucumbenciais em caso de insucesso do recurso especial. A sucumbência recursal	292
5.1.6	O alcance temporal do vigente Código de Processo Civil e os Enunciados Administrativos do Superior Tribunal de Justiça..	295
5.2	Efeitos inerentes ao recurso especial.....	298
5.2.1	Efeito devolutivo.....	298
5.2.2	Efeito suspensivo	303
5.2.2.1	O contexto restritivo e a justificativa do efeito suspensivo, em tutela provisória, nos recursos de natureza extraordinária	305
5.2.2.1.1	O aparente conflito entre a tutela provisória de urgência e o due process of law (art. 5º, LIV, CF)	306
5.2.2.1.2	A excepcionalidade na concessão ope iudicis de efeito suspensivo a recurso especial	307
5.2.3	Efeito translativo	311
5.2.4	Efeito substitutivo	317
5.2.5	Efeito expansivo.....	318
CAPÍTULO 6 • AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.....		321
6.1	Generalidades acerca do duplo juízo de admissibilidade do recurso especial.....	321
6.2	Considerações iniciais sobre o agravo em recurso especial (AREsp)	323
6.3	Requisitos do agravo em recurso especial. Regularidade formal.....	324
6.4	Recorribilidade no tribunal de origem da decisão que inadmite REsp: agravo interno versus agravo em recurso especial.....	326
6.5	O AREsp diante da multiplicidade de fundamentos da decisão que não admite recurso especial	329
6.6	Etapas procedimentais do agravo em recurso especial.....	333
6.6.1	Interposição e tramitação do AREsp perante o tribunal de origem.....	333
6.6.2	Coexistência de AREsp e de recurso para o Supremo Tribunal Federal (RExt ou ARExt)	334

6.6.3	Procedimentos do AREsp no Superior Tribunal de Justiça	336
CAPÍTULO 7 • AGRAVO INTERNO E EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....		339
7.1	Generalidades do agravo interno e dos embargos de declaração	339
7.2	Agravo Interno	339
7.2.1	Nomenclatura, conceito e natureza jurídica.....	339
7.2.2	Tempestividade	341
7.2.3	Preparo	343
7.2.4	Hipóteses de cabimento	344
7.2.5	Regularidade formal	346
7.2.6	Etapas procedimentais e sanção jurídico-processual em caso de manifesta improcedência	347
7.3	Embargos de Declaração	351
7.3.1	Previsão legal, conceito e natureza jurídica.....	351
7.3.2	Tempestividade e preparo	354
7.3.3	Pronunciamentos embargáveis no Superior Tribunal de Justiça.....	355
7.3.3.1	Hipóteses e causas de obscuridade em decisões judiciais	355
7.3.3.2	Decisões contraditórias.....	356
7.3.3.3	Decisões omissas	358
7.3.3.4	Decisões maculadas por erro material	359
7.3.4	Efeitos dos embargos declaratórios no Superior Tribunal de Justiça e as sanções jurídico-processuais em caso de intuito procrastinatório.....	361
7.3.5	A evolução do entendimento sumulado pelo STJ acerca da (des)necessidade de reiteração do recurso após julgamento dos embargos declaratórios (art. 1.024, § 5º, CPC)	365
7.3.6	Tramitação dos embargos declaratórios no Superior Tribunal de Justiça	366
7.4	O julgamento colegiado eletrônico dos embargos declaratórios e do agravo interno. A pauta virtual no Superior Tribunal de Justiça.....	368
CAPÍTULO 8 • EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....		370
8.1	Considerações iniciais sobre os embargos de divergência	370
8.2	Contexto histórico-normativo	373

8.3	Finalidade dos embargos de divergência	375
8.4	Requisitos extrínsecos	377
8.4.1	Prazo de interposição	377
8.4.2	Regularidade formal	378
8.4.3	Preparo	379
8.4.4	Interesse recursal	380
8.5	Hipóteses de cabimento dos embargos de divergência, com parametrização em contexto de múltiplas Súmulas	381
8.6	Outras especificidades dos embargos de divergência	388
8.6.1	Acórdão paradigma	388
8.6.2	Demonstração analítica da divergência	389
8.6.3	Similitude fática e jurídica entre os julgados confrontados	390
8.7	Efeitos dos embargos de divergência	391
8.8	Competência e procedimentos dos embargos de divergência	393
8.9	Da (eventual) necessidade de cisão do julgamento	394
8.10	Possibilidade de adoção de uma terceira tese	397
8.11	Sistemática dos recursos repetitivos em sede de embargos de divergência	397
8.12	Do óbice à formação da coisa julgada	398
	CAPÍTULO 9 • Recurso Especial Repetitivo	400
9.1	Introdução acerca da concepção dos precedentes judiciais	400
9.2	Considerações gerais sobre o regime de julgamento dos “casos repetitivos”	406
9.3	Sistema de precedentes do atual Código de Processo Civil, no contexto jurídico-normativo dos recursos repetitivos	408
9.4	Conceito e natureza jurídica	411
9.5	Procedimentos e vicissitudes	413
9.5.1	1ª Etapa: seleção, afetação e admissibilidade dos recursos-pilotos, e sobrestamento dos processos correlatos	414
9.5.1.1	Desdobramentos no tribunal de origem acerca da seleção dos recursos representativos da controvérsia, em atos judiciais e de gestão judiciária	418
9.5.1.2	Regime de afetação perante o Superior Tribunal de Justiça, na condução pelos ministros Presidente e relator	420

9.5.1.3	A técnica da distinção (<i>distinguishing</i>) como mecanismo regulador do alcance dos precedentes em sede de recursos repetitivos	421
9.5.2	2ª Etapa: atos preparatórios para o julgamento colegiado	423
9.5.3	3ª Etapa: julgamento. Formação de precedente obrigatório....	425
9.5.4	4ª Etapa: aplicação expansiva do precedente	427
9.6	A revisão ou revogação de teses firmadas em sede de recurso repetitivo	430
9.7	A modulação dos efeitos dos precedentes judiciais.....	432
9.8	Outras considerações acerca do recurso especial repetitivo.....	436

DIREITO COMPARADO

CAPÍTULO 10 • OS RECURSOS PERANTE OS TRIBUNAIS DE SUPERPOSIÇÃO NO DIREITO PROCESSUAL STRANGEIRO.....	441
10.1 Considerações gerais acerca dos tribunais de superposição	441
10.2 França: a origem da <i>Cassação</i> sob a influência do ideal revolucionário.....	442
10.3 Estados Unidos da América e a influência do <i>writ of certiorari</i> sobre o recurso especial brasileiro	447
10.4 O tribunal de cassação italiano e a sua função de preservar a uniformidade na aplicação do direito.....	449
10.5 O recurso de revisão na Alemanha: compatibilidade entre a uniformização da jurisprudência e o interesse do recorrente	460
10.6 O recurso de revista português: predominância do efeito substitutivo	462
10.7 O recurso de cassação espanhol	470
BIBLIOGRAFIA	477
ÍNDICE DE AUTORES.....	493
ÍNDICE REMISSIVO	501